

PARECER TÉCNICO

INTERESSADA: CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

Consulta:

PROJETO DE LEI Nº 64/2023 - ESTIMA A RECEITA
E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

A Câmara do Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo, ora denominada simplesmente de Consulente, encaminhou por intermédio de mensagem eletrônica (e-mail) o projeto de lei supramencionado:

Parecer solicitado a pedido da Diretora do Legislativo, a Sra. Élide Martorano, da Câmara do Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo, encaminhado por e-mail no dia 02 de outubro de 2023, às 18h42.

Honrados, sobremaneira, para discorrer sobre o tema, doravante, de forma sucinta expomos nossas considerações.

Do Projeto de Lei:

Em uma análise inicial, verifica-se que o presente projeto de lei nº 64/2023, trata da LOA – Lei Orçamentária Anual para 2024, observe-se que o este projeto de lei foi amplamente debatido em audiência pública do dia 30 de outubro de 2023, no plenário da Câmara Municipal de Porto Feliz.

Da Legislação:

Preliminarmente, orientados pela legalidade analisaremos o texto legal, base do estudo proposto.

Constituição Federal

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

...

III - os orçamentos anuais.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. (n.g.)

LC Nº 101/00 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

LEI FEDERAL 4.320/64

Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Govêrno, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Govêrno;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº. 1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Comunicado SDG nº 29/2010

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que, na elaboração do projeto de lei orçamentária, deve a Administração atentar para os seguintes cuidados.

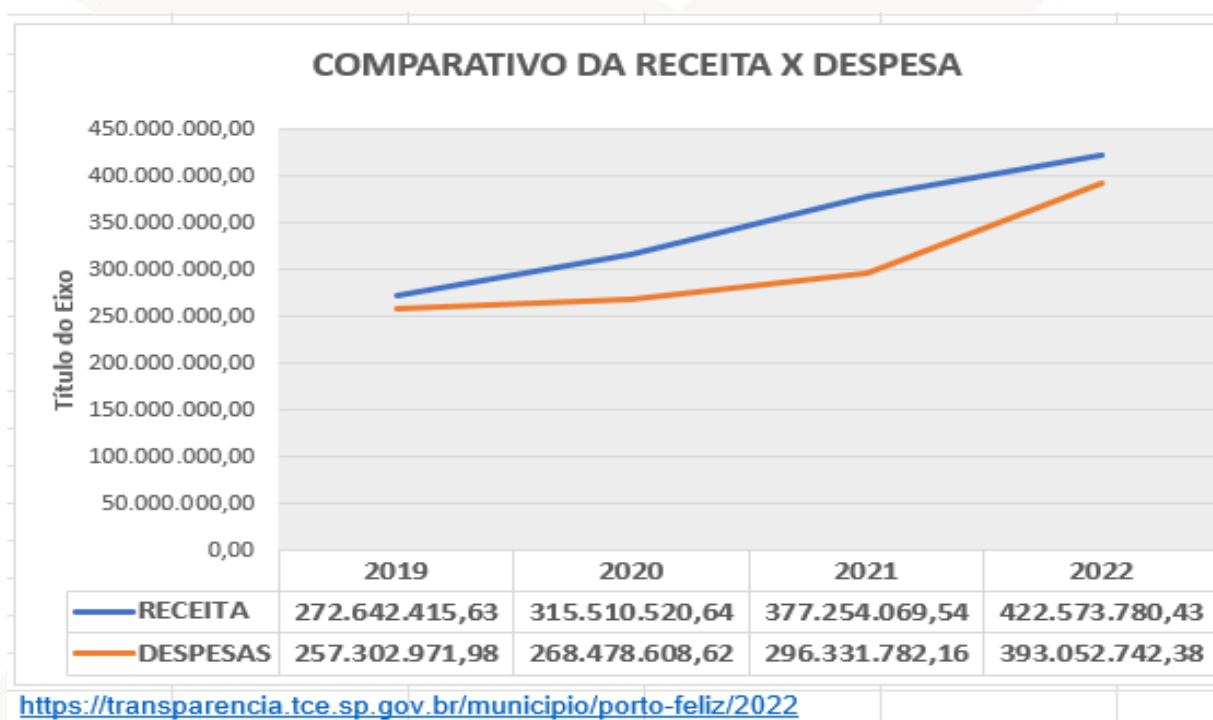
2. O projeto orçamentário agregará todas as entidades públicas do nível de governo, o que inclui Administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; isso, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição.

3. Nos moldes do § 8º da mencionada norma, a autorização para créditos suplementares não deve superar os índices de inflação esperados para 2011, de forma a impedir a desfiguração da lei orçamentária. (n.g.)

Da Análise:

Comparativo da Receita e Despesa Orçada por Órgão

Na análise da previsão das receitas e despesas fizemos quadro comparativo da evolução das receitas e despesas do município dos últimos quatro anos:



ORÇAMENTO ANUAL	2022	2023	2024	VAR. %
CÂMARA MUNICIPAL	4.650.000,00	6.350.000,00	9.087.000,00	43,10%
PREFEITURA MUNICIPAL	291.423.893,62	359.358.975,72	417.350.725,00	16,14%
SAAE	22.879.000,00	24.840.000,00	27.770.000,00	11,80%
PORTOPREV	24.478.845,31	38.132.000,00	53.258.093,75	39,67%
TOTAL	343.431.738,93	428.680.975,72	507.465.818,75	18,38%

Os resultados das previsões comparadas nos quadros acima guardam conformidade, e os percentuais oscilam em limites aceitáveis de previsão tendo em vista da expansão da arrecadação nos últimos anos. Porém, cabe ao Executivo rigoroso controle no momento da execução, uma vez que ainda pesa os reflexos negativos da pandemia Covid 19 em nossa economia.

Abaixo quadro das despesas por Órgão e suas Secretárias e quadro da despesas por função subfunção:

CÂMARA MUNICIPAL	
Câmara Municipal	9.087.000,00
TOTAL	9.087.000,00
GABINETE DO PREFEITO	
Gabinete do Prefeito	2.447.000,00
Fundo Social de Solidariedade	25.000,00
TOTAL	2.472.000,00
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Gabinete do Secretário	5.002.000,00
TOTAL	5.002.000,00
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURIDICOS	
Gabinete do Secretário	2.684.000,00
TOTAL	2.684.000,00
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INS	
Gabinete do Secretário	1.038.000,00
TOTAL	1.038.000,00
SECRETARIA DE GOVERNO	
Gabinete do Secretário	626.000,00
Departamento de contabilidade	12.520.000,00
Departamento administrativo	4.937.000,00
Departamento de arrecadação	1.546.000,00
TOTAL	19.629.000,00
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	
Gabinete do Secretário	21.788.037,95
TOTAL	21.788.037,95
SECRETARIA DE SAÚDE	
Gabinete do Secretário	209.000,00
Fundo Municipal de Saúde	88.053.806,00
TOTAL	88.262.806,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Gabinete do Secretário	224.000,00
Administração da Educação	77.220.500,00
Merenda Escolar	12.439.000,00
FUNDEB	62.000.000,00
TOTAL	151.883.500,00
SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	
Gabinete do Secretário	192.000,00
Cultura	3.759.100,00
Esportes	1.531.000,00
Turismo	754.000,00
Fundo Municipal da Cultura	22.700,00
Fundo Municipal do Esporte	458.200,00
Fundo Municipal do Turismo	42.550,00
TOTAL	6.759.550,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Gabinete do Secretário	2.100.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	9.526.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da criança e adolescentes	2.240.000,00
TOTAL	13.866.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Gabinete do Secretário	1.834.000,00
Manutenção de desenvolvimento econômico	3.077.000,00
TOTAL	4.911.000,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E HAB.	
Gabinete do Secretário	1.657.000,00
TOTAL	1.657.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Gabinete do Secretário	194.000,00
Departamento Meio Ambiente	2.555.000,00
Departamento Agricultura	994.000,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	415.000,00
TOTAL	4.158.000,00
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	
Gabinete do Secretário	479.000,00
Dep. De Gestão e Manutenção das Frotas	14.316.000,00
TOTAL	14.795.000,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Gabinete do Secretário	397.000,00
Serviços Públicos	52.525.812,05
TOTAL	52.922.812,05
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Gabinete do Secretário	1.092.000,00
Defesa Civil	2.120.000,00
Sistem Viário	8.639.000,00
Guarda Civil Municipal	9.848.000,00
TOTAL	21.699.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Reserva de Contingência	3.823.019,00
TOTAL	3.823.019,00
SAAE	
Gabinete do Superintendente	1.410.000,00
Divisão de Administração e Finanças	7.320.000,00
Divisão Técnica	19.040.000,00
TOTAL	27.770.000,00
PORTO PREV	
Instituto Prev. Social Fun. Pub. Municipal	
Gestão Previdenciária	51.208.093,75
Gestão Administrativa	2.050.000,00
TOTAL	53.258.093,75
TOTAL DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO	507.465.818,75

LEGISLATIVA	
Ação Legislativa	9.087.000,00
TOTAL	9.087.000,00
ADMINISTRAÇÃO	
Planejamento e Orçamento	1.320.000,00
Administração Geral	30.852.037,95
Controle Interno	155.000,00
Tecnologia da Informação	5.002.000,00
Administração de Receitas	1.546.000,00
TOTAL	38.875.037,95
SEGURANÇA PÚBLICA	
Administração Geral	1.092.000,00
Policimento	9.848.000,00
Defesa Civil	2.120.000,00
TOTAL	13.060.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.240.000,00
Assistência Comunitária	11.626.000,00
Ensino Profissional	1.620.000,00
TOTAL	15.486.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Previdência do Regime Estatutário	33.620.000,00
TOTAL	33.620.000,00
SAÚDE	
Administração Geral	2.143.600,00
Atenção Básica	20.846.667,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	58.336.694,00
Suporte Profilático e Terapêutico	3.813.549,00
Vigilância Sanitária	977.000,00
Vigilância Epidemiológica	1.682.296,00
Alimentação e Nutrição	463.000,00
TOTAL	88.262.806,00
EDUCAÇÃO	
Administração Geral	7.427.000,00
Alimentação e Nutrição	5.236.000,00
Ensino Fundamental	83.203.000,00
Ensino Superior	700.000,00
Educação Infantil	54.317.500,00
Educação Jovens e Adultos	1.000.000,00
TOTAL	151.883.500,00
CULTURA	
Difusão Cultural	3.973.800,00
TOTAL	3.973.800,00
URBANISMO	
Administração Geral	15.202.000,00
Infraestrutura Urbana	40.824.812,05
Serviços Urbanos	17.287.000,00
Transportes Coletivos Urbanos	4.700.000,00
TOTAL	78.013.812,05
SANEAMENTO	
Administração Geral	570.000,00
Administração Financeira	7.180.000,00
Comunicação Social	45.000,00
Saneamento Básico Urbano	19.040.000,00
TOTAL	26.835.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	
Administração Geral	194.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.970.000,00
TOTAL	3.164.000,00
AGRICULTURA	
Administração Geral	994.000,00
TOTAL	994.000,00
INDÚSTRIA	
Promoção Industrial	3.291.000,00
TOTAL	3.291.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Turismo	796.550,00
TOTAL	796.550,00
COMUNICAÇÕES	
Comunicação Social	1.038.000,00
TOTAL	1.038.000,00
DESPORTO E LAZER	
Desporto Comunitário	1.989.200,00
TOTAL	1.989.200,00
ENCARGOS ESPECIAIS	
Serviço da Dívida Interna	7.000.000,00
Outros Encargos Especiais	6.495.000,00
TOTAL	13.495.000,00
RESERVAS	
Reserva de RPPS	19.638.093,75
Reserva de Contingência	3.963.019,00
TOTAL	23.601.112,75
Total Geral do Orçamento	507.465.818,75

Das considerações ao projeto de Lei no que se refere ao percentual proposto no art. 5º inciso I e II para abertura de créditos suplementares até o limite de 10%, trazemos aqui o Comunicado SDG 29/2010, do Tribunal de Contas do Estado, orientando que o percentual de suplementação não deve ultrapassar a inflação acumulada dos últimos doze meses, IPCA - 2022 (4,54%).

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/24092021>

Conclusão:

O projeto de lei que dispõe sobre a LOA – Lei Orçamentária Anual para 2024, encaminhado no prazo atende a Constituição Federal, a LC 101/00 – LRF, Lei Federal 4.320/64 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, com exceção do previsto no art. 5º inciso I e II, onde recomenda o Tribunal de Contas do Estado através do Comunicado SDG 29/2010, que os percentuais de autorização para suplementação não ultrapassem a inflação do período. Embora a Lei Federal nº 4.320/64, não mencione limite para suplementação, é de bom alvitre que a autorização esteja no limite da inflação, a fim de não desconfigurar a peça de planejamento orçamentária.

Dessa forma, a autorização de suplementação de até 10% poderá ficar no campo das recomendações ao Executivo e o projeto de lei poderá ser levado a votação em plenário, sem mais óbices.

Este é o parecer s.m.j.

Porto Feliz, 06 de dezembro de 2023.



CLÁUDIO DOMINGUES VIEIRA
Contador
CRC/SP 1SP 160.473/O-7

Planexcon Assessoria e Consultoria Pública
www.planexcon.com.br